

A RE-EXISTÊNCIA DO COMUNALISMO E QUILOMBISMO: O PRÉ-ANARQUISMO BRASILEIRO

Isabel Cristina Soars Tebadi Gomes¹³⁸

RESUMO

O presente artigo insere-se na temática filosofia decolonial libertária, tendo como objetivo discutir o conceito de comunalismo enfatizando éthos pré anarquista, realçando as re-existências dos povos originários e negros africanos; e posteriormente analisaremos a importância do quilombismo, termo empregado pelo filósofo Abdias do Nascimento como um modo de re-existência pós colonial enfatizando as contribuições e a luta do povo negro brasileiro como protagonistas de sua própria história.

Palavras-chave:- decolonial – comunalismo- quilombismo- libertário

ABSTRACT

This article is part of the thematic libertarian decolonial philosophy and it seeks to discuss the concept of communalism emphasizing pre-anarchist ethos, also highlighting the re-existences of indigenous and black African peoples. Moreover, we analyze the importance of quilombism, a term used by the philosopher Abdias do Nascimento, as a post-colonial mode of re-existence stressing the contributions and the struggle of the black Brazilian people as protagonists of their own history.

Keywords: - decolonial - communalism- quilombism- libertarian.

¹³⁸ Mestranda em Filosofia pela UFRJ (2020). Bacharel e licenciada em Filosofia (2011), Bacharel em Direito pela Universidade Cândido Mendes (2016), Pós-graduada em Direito do Trabalho/ Previdenciário pela Universidade Cândido Mendes (2018).

1. INTRODUÇÃO:

O presente artigo discute o conceito de *comunalismo* e posteriormente analiso o conceito de *quilombismo*, empregado pelo filósofo Abdias do Nascimento, tomando como ponto de partida as organizações dos povos originários e negros no Brasil colonial no tocante aos pilares da formação de um éthos pré anarquista por conseguinte anticapitalista, ecológico e comunitário como movimentos de re-existência dos povos afro-ameríndios.

Para isto, adoto a metodologia teórica crítica no presente exposto, sob o giro decolonial, investigando como as organizações comunialistas e quilombistas inauguram a formação de movimentos de re-existência sob uma configuração que denomino pré anarquista.

Entendo o conceito *quilombismo* de Abdias do Nascimento (2002) oriundo de quilombo, que etimologicamente corresponde a locais de refúgio dos escravos dos povos originários e negros, voltados para a re-existência à escravidão forçada, apresentando um espaço de liberdade e preservação das tradições culturais afro-ameríndias em um espaço de liberdade. Analiso como estes agenciamentos fazem parte de um éthos pré anarquista, realçando as trajetórias dos povos originários e negros entre outras

características: i) a ausência do Estado e o funcionamento de organização autogestionária, independente e anti-capitalista; ii) a economia de subsistência, agrária e autossustentável, iii) a participação democrática de todos os membros e sem hierarquias de classe social.

Para entender a formação dos quilombos, é necessário compreender os impactos do pacto colonial no Brasil, tendo a subjugação dos povos originários e a promoção de uma relação de dominação através da escravização, das guerras e do extermínio através de doenças que os povos originários não conheciam, a exemplo de algumas práticas implementadas pela Coroa Portuguesa. “Nas Américas os africanos eram proibidos de pensar, rezar ou de praticar suas cosmologias, conhecimentos e visão de mundo o etnocídios dos povos originários e negros” (GROSFUGUEL: 2007:p.160)

Entendo que o etnocídios das população afro-ameríndias tiveram o crivo da criação da raça biológica separatista entre: brancos e não-brancos. Segundo Quijano, “a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista (QUIJANO.2005:p.2). Neste sentido, importante entender como as populações

originárias e negras foram representadas sob a égide do racismo como código dos traços fenotípicos do homem branco, sendo os povos originários de qualquer região do Brasil nomeados como “indígenas”, bem como os povos africanos conhecidos como “negros”.

Como afirma Wallace de Moraes:

Portanto, entendemos que as interpretações decoloniais e as anarquistas possuem muitas características em comum. Ademais, têm peculiaridades idiossincráticas que podem ser extremamente úteis uma a outra. O fundamental a entender é que ambas possuem como eixo central a oposição por completo aos princípios difundidos pela modernidade/colonialidade, pelo capitalismo, pelas desigualdades, pelas discriminações. (MORAES:2020, p.2)

Nesse sentido, o racismo é construído a partir do estigma, este é o primeiro marco da subjugação do Outro como inferior, seja pela exposição de sua nudez, pelo desenvolvimento da agricultura, pela sua linguagem e a sua relação com a espiritualidade. Com isto, o eurocentrismo passa a ser a condução da representação do modelo colonizador na América, quando dicotomiza o que não é identidade, exterminando o diferente.

Em segundo lugar, os povos originários e negros eram considerados inferiores por serem ágrafos e utilizarem da oralidade como o modo de transmissão dos conhecimentos, memórias e histórias, sendo o padrão racionalista gráfico europeu considerado o paradigma

universal de conhecimento, a representação da modernidade (LENDER, 2000:p.35)

Acrescenta-se a dominação pela fé através de um modelo justificado através dos dogmas, a catequização pautada nos valores maniqueístas de paraíso/ inferno serviram para reduzir a intersubjetividade dos povos originários e suprimir o politeísmo. Outrossim, a religião foi o principal meio da disciplinarização dos corpos escravizados, com o batismo de um nome e sobrenome cristão, a obrigatoriedade do aprendizado do português. Em que pese:

O escravo boçal era introduzido, rapidamente, em sua nova condição. Geralmente, no momento da compra, era batizado e recebia um nome cristão. Também recebia um novo sobrenome, que se referia ao porto africano de onde havia embarcado; por isso, existiram Pedro Mina, João Angola, Maria Congo, Ana Benguela.

Após o batismo cristão (que nem sempre ocorria respeitando todos os rituais determinados pela Igreja Católica), os africanos escravizados recebiam ensinamentos básicos sobre o catolicismo e sobre como deveriam portar-se perante seu senhor. Além disso, aprendiam algumas palavras-chave em português. A partir de então o escravo boçal se juntava ao ladino (africano aclimatado) e ao crioulo (escravo nascido nas Américas) na execução das mais variadas tarefas. (SANTOS: 2017.p.26)

Estima-se que o Brasil recebeu em torno de seis milhões de negros africanos dos mais diversos países ao longo do período de colonização, principalmente após a grande maioria dos indígenas terem sido dizimados, com a ocorrência da proibição da escravização dos indígenas

pela Igreja no século XVII. Com a chegada dos escravos nos portos, o momento da venda consistia em um processo de apagamento de raízes e tradições desde a chegada da diáspora ao Brasil, através da separação de pessoas do mesmo país, de laços familiares, a fim de conter revoltas e motins.

Este holocausto implementado pela Coroa Portuguesa tendo como marca a violência e o apagamento das memórias do Outro deveu-se a inauguração de um *sistema capitalista* no Brasil, voltado para a exploração do trabalho, dos recursos naturais e matérias primas para a acumulação de capital e para financiamento do desenvolvimento científico europeu, que atingiu o status de moderno graças à acumulação de riquezas possibilitada com o “descobrimento da América”.

Tendo acima me referido à *colonialidade do poder e do saber* ao o processo de dominação dos povos originários e negros no Brasil, retomo no presente exposto, a enunciação de que o processo de dominação colonial também produziu formas de *re-existência* dos povos afro-ameríndios . Ressalto re-existência como:

A possibilidade de conceber a interculturalidade como prática pedagógica decolonial para a reexistência, a qual é entendida aqui, como os dispositivos de saber, fazer pensar, sentir e atuar,

desde as experiências históricas diferenciadas, para garantir condições de vida dignificadas, para o autorreconhecimento, de forma que permita enfrentar criativamente a desvalorização, o encobrimento e o silenciamento ao procurar posicionar lugares de enunciação político, ético, epistêmico, mediante o desenvolvimento de uma agência-outra. (ACHINTE et ROSERO, 2008, p.11)

Entendo como os processos de lutas marcados contra o colonialismo pelos povos originários e negros, demonstram uma lógica do conhecimento que nos permite reconhecer outras formas de existir. Um exemplo de como o comunalismo se organiza através de sistema comunas sem hierarquização e de modo pré anárquico, e a posteriori, como o *quilombismo* como uma filosofia pós colonial, voltada para a sólida formação anarquista sob uma negação de um Estado, organizando-se coletivamente e de modo democrático e participativo exaltando o povo afro-ameríndio que foi quatrocentos anos do processo de escravidão no Brasil excluído do cenário histórico brasileiro.

2. O COMUNALISMO AFRICANO: AS RAÍZES PRÉ ANARQUISTAS

A descrição do comunalismo ainda perdura em muitos países africanos tendo em vista algumas características do feudalismo não serem pautadas no cercamento de terras e da consequente exploração de mão de obra a partir do sistema de servidão.

Entre as particularidades do comunalismo podem ser apontadas: uma nítida organização social e política, descritas em um sistema horizontal econômico, ligados estruturalmente pelas aldeias, cujos indivíduos representam duplos papéis sociais, inserindo-se como parte de sua família e daquela coletividade.

Dentre as mais importantes características do comunalismo africano pode ser ressaltada a ausência de classes, isto é, de estratificação social; a ausência de relações de exploração ou de antagonismo social; a existência de acesso igual à terra e outros elementos de produção; igualdade no nível de distribuição da produção social; e o fato de que parentesco e laços familiares fortes formam (e formavam) a base da vida social em sociedades comunais africanas. Dentro deste quadro, cada casa estava apta a prover suas próprias necessidades básicas. Sob o comunalismo, em virtude de ser um membro da família ou da comunidade, todo africano tinha garantida uma quantidade de terra suficiente para prover suas próprias necessidades. (Sam Mbah & I. E. Igarwey: 2018,p.40)

Neste sentido, percebe-se o funcionamento do sistema de assembleias, conselhos para tomadas de decisões sem distinção de classe, sexo e hierarquias sociais. Este espelho de valores e experiências traduzidas em algumas comunidades dos povos originários e negros mostra a existência de uma sociedade plural, auto organizada e sustentável em seu ecologismo, em saberes práticos que eram transmitidos por gerações.

Além disto, importante destacar que o sistema comunal não era baseado em

uma divisão sexual do trabalho, homens e mulheres desempenhavam funções semelhantes na agricultura, seja na representação política. Um exemplo presente em algumas tribos africanas:

Havia também a Umuada, um corpo paralelo de mulheres, fossem casadas na vila ou tivessem nascido nela. A Umuada tinha um papel central nos processos de tomada de decisão e implementação, assim como na manutenção dos valores sociais da sociedade. Era impossível, por exemplo, tomar uma decisão sobre uma questão que afetasse diretamente mulheres ou crianças sem o consentimento da Umuada.

O sistema colonial é responsável por dicotomizar aqueles que eram considerados humanos e animais. De um lado, os povos originários e negros, considerados marginalizados pelo seu modo de vida, isso implica que “só os civilizados são homens ou mulheres brancas. “ Os povos indígenas das Américas e os africanos escravizados eram classificados como espécies não humanas - como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens.”(LUGONES, 2005:p.2).

A organização de algumas sociedades matrilineares, voltadas pela culto à natureza, com os orixás e sua associação aos quatro elementos (água, terra, fogo e água) implicam uma organização matrilineares, sem divisão sexual do trabalho,

o que aproxima estas comunidades de vivências pré-anarquistas. Para os anarquistas, a ausência de um governo centralizador, voltada para a coletividade na tomada de decisões através de comunas, a utilização de recursos naturais e trabalho cooperado entre si, sem hierarquias de classe e sexo são plataformas de base.

Desta maneira, não pretendo afirmar que o pensamento anarquista não tenha um marco ideológico teórico europeu no século XIX, com pensadores Mikail Bakunin, Piotr Kropotkin, Emma Goldman, Pierre-Joseph Proudhon, Errico Malatesta, entre outros. O que ressalto aqui, é a existência de novas epistemologias antes descartadas por sua localização geográfica, a exemplo dos povos originários e negros em uma conjuntura *pré anárquica*.

3. O COMUNALISMO AMERÍNDIO: AS RAÍZES PRÉ ANARQUISTAS

Com a divisão das terras brasileiras em capitânicas hereditárias, a mão de obra escrava dos povos originários e negros passa a desempenhar a força de trabalho nas colônias de exploração, a exemplos das fazendas canavieiras, da extração do pau-brasil, do ouro, nas atividades domésticas da Casa Grande, imprimindo a formação de classes no Brasil.

O status de cidadãos havia sido

concedido para os homens brancos, tendo a garantia do direito à propriedade da terra, bem como de escravos, reservando o poder depunir/abusar fisicamente e sexualmente, reificando como mercadoria não humana, descartável.

Em torno desta divisão sistemática entre dois mundos, proprietários e propriedade, estabeleceu-se um sistema capitalista na América, sendo justificado pela formação de um Estado brasileiro administrado pelos portugueses. Esta organização estatal se camufla e implica necessariamente na manutenção de um estado de exploração e guerra constante até os dias atuais, uma vez que:

Como reconhecer um lugar de contato entre esses mundos, que tem tanta origem comum, mas que se descolaram a ponto de termos gente que hoje precisa viver de um rio, e no outro gente que consome rios comum recurso? A respeito desta ideia de recurso que se atribui a uma montanha, a um rio, a uma floresta, em que lugar podemos descobrir um contato entre as nossas visões que nos tire deste estado de não reconhecimento uns dos outros? (KRENAK,2019:P.51)

Os povos originários mantinham uma relação de intimidade e identidade com a *pachamama*, *Abya Yala*, mãe terra. Com o pacto colonial, estabelece-se um deslocamento do modelo de produção capitalista acarreta a sobrecarga de trabalho, a partir da lógica do estoque de mercadorias, da necessidade do consumo e de matérias primas.

Logo, distinção de classes se dá através de um sistema de detentores de riquezas encontradas na América, seja através da expropriação dos recursos encontrados, taxamento do ouro e outros metais preciosos, como moeda de troca, e a instauração de um sistema monocultor voltado para o abastecimento dos mercados europeus.

Outra questão importante das heranças do comunalismo dos povos originários é sua oralidade, o que nos permite aproximar pela primeira vez de uma linguagem intraduzível na cultura ocidental. Sobre a riqueza da dimensão oral, da relação natureza e homem de profunda intimidade, com a construção dos ritos e da espiritualidade que tecem a vida comunalista, como exprime o relato de Kopenawa:

Somos habitantes da floresta. Nossos ancestrais habitavam as nascentes dos rios muito antes de os meus pais nascerem, e muito antes do nascimento dos antepassados dos brancos. Antigamente, éramos realmente muitos e nossas casas eram muito grandes. Depois, muitos dos nossos morreram quando chegaram esses forasteiros com suas fumaças de epidemia e suas espingardas. Ficamos tristes, e sentimos a raiva do luto demasiadas vezes no passado. Às vezes até tememos que os brancos queiram acabar conosco. Porém, a despeito de tudo isso, depois de chorar muito e de pôr as cinzas de nossos mortos em esquecimento,³⁴ podemos ainda viver felizes. Sabemos que os mortos vão se juntar aos fantasmas de nossos antepassados nas costas do céu, onde a caça é abundante e as festas não acabam. Por isso, apesar de todos esses lutos e prantos, nossos pensamentos acabam se acalmando. Somos capazes de caçar e de trabalhar de novo em nossas roças. Podemos recomeçar a viajar pela floresta e a fazer amizade com as pessoas de outras casas. Recomeçamos a rir com nossos filhos, a cantar em

nossas festas reahu e a fazer dançar os nossos espíritos xapiri. Sabemos que eles permanecem ao nosso lado na floresta e continuam mantendo o céu no lugar. (Kopenawa, Albert, Bruce, Davi.2015: p.78)

Considero o comunalismo como expressão do pré-anarquismo uma vez que se relaciona diretamente com a experiência, uma organização descentralizada, solidária e sem hierarquias, baseadas no aproveitamento dos recursos naturais de forma renovável e sem hierarquia de classes. Este conjunto de manifestações reverbera um sistema político de relações cotidianas tomando a expressão cultural e a aproximação de danças, cultos e raízes que se resgatam a medida que estas histórias são contadas.

Em que pese “dizer que as sociedades comunistas eram consideradas ‘primitivas’ trata-se de um apriorismo dogmático, uma vez que essas sociedades sempre foram plásticas, de extraordinária riqueza criativa, sem qualquer noção o que fosse xenofobia” (NASCIMENTO. 2002: p.29) uma vez que esta organização é a reverberação dos povos originários e negros e sua coexistência atrelada à criação e à liberdade.

4. O QUILOMBISMO COMO MODO DE RESISTÊNCIA ANARQUISTA NO BRASIL PÓS COLONIAL

O conceito de *quilombismo* empregado por Abdias do Nascimento aparece no segundo Congresso de Cultura Negra das Américas (Panamá, 1980)¹³⁹. A expressão remonta de um importante processo histórico de lutas travadas pelo povos afro-ameríndios em que:

Grande parte dos quilombos identificados pela historiografia estava localizada próxima a regiões com grande concentração de escravos. Um dos exemplos mais emblemáticos é o caso de Palmares. O mais conhecido quilombo da história brasileira foi formado ao longo do século XVII, nas adjacências da Zona da Mata pernambucana, local onde, à época, havia intensa produção de açúcar e, conseqüentemente, significativa concentração de cativos.

A região das minas, que possuía a maior concentração de escravos no século XVIII, também foi palco da formação de muitos mocambos. Os quilombos mineiros não só expunham a fragilidade do controle de escravos na região, mas também causavam grandes transtornos às vilas e cidades. (YNAË, 2017, p.36)

A história de resistência das populações negras no Brasil foi presente em todo o período colonial e pós colônia, sendo as mais conhecidas, a Revolta dos Malês, a Conjuração Baiana, a Sabinada, a Revolta dos Alfaiates, a Guerra dos Potiguares, o Levante dos Tupinambás e a Confederação dos Cariris, sendo estas últimas dos povos originários. Recordar as manifestações de re-existência é desconstruir um passado que vem sendo relegado, apagado e repudiado por uma elite colonial branca europeizada que se configura como donos dos meios de produção e reprodução de um sistema capitalista racista e sexista, eis o primeiro

passo para entender a configuração da experiência ‘quilombista’ presente nos dias atuais.

Importante destacar a miscigenação de povos originários e negros na formação dos quilombos:

Em várias partes das Américas, libertos, escravos e principalmente fugitivos desenvolveram microssociedades camponesas, com roças e extrativismo, em diversas estruturas. Nesta espécie de campesinato negro, sempre houve articulação entre os quilombos e os setores sociais envolventes, o que incluiu a miscigenação com grupos indígenas. Em função do não-isolamento e ao mesmo tempo da estratégia de migração, muitos quilombos sequer foram identificados e reprimidos por fazendeiros e autoridades durante a escravidão. (GOMES, 2015, p.38)

Importante entender as bases da filosofia quilombista, uma vez que o conceito de *quilombismo* emergente do processo histórico cultural da população afrobrasileira em 1980 “ mesmo ano em que Molefi K. Asante lançou sua Afrocentricidade, a proposta do quilombismo foi incluída em duas antologias que reúnem obras de referência da produção intelectual do mundo africano” (NASCIMENTO, 2008, apud ASANTE E ASANTE, 1990; Abarry e Asante, 1996). Importante entender a partir do pensamento de Cheikh Anta Diop, quando lança em 1954, a tese de doutorado *Nações negras e cultura*, tendo como referência o povo africano quanto as

¹³⁹ Disponível em http://www.abdias.com.br/movimento_negro/quilombismo.htm. Acesso em 08/10/2020.

reverências das ‘descobertas egípcias’ solidificando as bases para um pensamento negro afrocentrado.

As pautas acadêmicas e pela luta dos direitos civis, implementada nos movimentos de re-existência nas Américas, o *quilombismo* não se ateve apenas a denúncia do racismo, e da denúncia das violências promovidas pelo holocausto colonial. Os principais marcos empreendidos por Abdias são: a criação em 1945, do Teatro Experimental Negro (TEN), do Jornal O Quilombo (1948), o Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978, a defesa e o reconhecimento das comunidades quilombolas, a defesa das cotas raciais no ensino universitário brasileiro, a luta pelos direitos das empregadas domésticas no Brasil, entre inúmeras outras reivindicações da comunidade afro-ameríndia.

Defendo que a intensidade da construção de um pensamento brasileiro quilombista está voltada para a retomada de todo o processo de apagamento, silenciamento, sofrido no Brasil através do racismo e que havia sido convertido no “mito da democracia racial” com a constituinte de 1988. A garantia de direitos constitucionais no Brasil nunca havia abarcado aos povos originários e negros o protagonismo de suas próprias histórias, estando sempre atrelados a estruturas

secundárias do poder burocrático estatal eminentemente branco.

Em 1945, com a formação do Teatro Experimental Negro (TEN), uma preocupação de Abdias e Guerreiro Ramos, que tinham grande influência de pensadores europeus ainda como Camus, passam a desenvolver uma novo resgate à intelectualidade negra, através das artes,

Só depois de 1953, quando o TEN rompe parcialmente com a intelectualidade acadêmica, Guerreiro Ramos desenvolverá um pensamento original e crítico, bebendo mais intensamente do repertório de idéias que nutriam a identidade negra brasileira, como a idéia-mote de que o negro, no Brasil, é povo, mas refinando-a a partir de uma reflexão mais sistemática, aprendida em autores estrangeiros, no caso particular, nos intelectuais da descolonização, como Fanon, e tornando-se mais aberto às idéias da negritude. (GUIMARAES, 2005:p.7)

O quilombismo adota a afroperspectiva, que pode ser entendida como o reconhecimento das lutas de matrizes africanas, defendendo atuação autogestionária atrelada a um projeto de cidadania da sociedade brasileira voltada aos valores africanos como uma política internacionalista, em movimentos sociais pluridiversos.

Pensar hoje como a história dos povos originários e negros se aglutina em uma rede de associações que expressam o seu legado histórico-cultural das populações quilombolas, a representação nos terreiros, escolas de samba, irmandades, entre outros espaços que

defendidos por Abdias deveriam ocupar mais ainda a representatividade e a centralidade do pensamento negro na sociedade brasileira.

Outro grande intelectual que esteve ligado a construção de um pensamento sociológico crítico é Guerreiro Ramos. Importante, a atuação de Ramos quanto a crítica partidária de esquerda e o revisionismo das práticas populistas implementadas pela Era Vargas, tomando as bases da organizações dos trabalhadores, em movimentos sindicais e partidários. Importante na obra *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* (1963) quando afirma:

A revolução no Brasil corre o perigo de transformar-se em metafísica. Esta deficiência de nosso movimento emancipador tem de ser corrigida, não só pela crítica revolucionária, como simultaneamente pela diligência de homens de vanguarda, mobilizados em trabalho político adequado realisticamente às circunstâncias objetivas e concretas do processo brasileiro. A anarquia é um estado social fecundo, do ponto de vista revolucionário. Mas na ausência de capaz e idônea organização revolucionária, a anarquia reinante hoje no Brasil pode conduzi-lo à modalidade do colapso econômico, social e político, de a Argentina é hoje a imagem viva. (RAMOS: 1963. P.185)

Apontam em Ramos o engajamento na luta política, pela prática

do quilombismo, uma aproximação a abordagem multicultural, conceito que surge na década de 70, se refindo aos povos de cor, em que tinham uma articulação crítica ao hegemonismo branco europeu no como referência de “modernidade” o Ocidente. Neste sentido, a construção de matrizes históricas, políticas, culturais e artísticas pautadas no projeto afro-ameríndias.

Lélia González denominou Amefricanidade, para explicar a relação dos ameríndios e africanos, que juntos formam o que hoje chamamos de América, engloba ainda o Caribe, como marco geográfico da colonização luso-espanhola. Como a própria Lélia expõe: “Desnecessário dizer que a categoria de Amefricanidade está intimamente relacionada àquelas de Panafricanismo, ‘Negritude’, ‘Afrocentricity, etc’” (GONZALEZ, 1993:76-77).

A filósofa e antropóloga denunciou em inúmeros textos as marcas do racismo e do sexismo da mulher negra brasileira na sociedade brasileira. Entre inúmeras bandeiras defendidas, Lélia assim como outrxs pensadorxs negros brasileiros foram responsáveis por descortinar o mito das aparências de uma sociedade democrática e igualitária, que ainda permanece moldada por relações de poder dominantes do ódio e genocídio do povo afro-ameríndio.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo procurou sistematizar a importância de dois eixos centrais para a compreensão do pré-anarquismo: o comunalismo, o modo como as sociedades africanas e povos originários se organizaram em sociedades agrárias, de modo autogestionário, anti-capitalista e anti-sexista.

Em segundo lugar o presente artigo ressaltou a importância do quilombismo como um movimento de re-existência implementado por Abdias do Nascimento tendo entre outros objetivos, o resgate do passado colonial e das lutas travadas pelo povo negro-ameríndio no Brasil, destacando a independência da condução destas insurgências, ocupações e movimentos sociais, e a valorização pela expressão do povo afro-ameríndio como protagonista de sua própria história, re-existindo

De modo que pensar hoje o giro decolonial libertário nos chama a atenção do elo entre o passado colonial dos quilombos e a continuidade do quilombismo, presente conduzindo a liberdade e a solidariedade internacional dos movimentos “amefricanos”.

O reflexo da práxis quilombista anarquista se expressa hoje pela denúncia à da invasão de latifundiários e extrativistas às terras quilombolas e

indígenas retirando seu sustento, pela imposição de uma religiosidade cristã militarizada nestas comunidades, pela disseminação de doenças em plena pandemia mundial de COVID-19, e por tipo de violência que as populações originárias e negras vem sendo acometidas com a política de Estado de extermínio em massa, reivindicações as quais continuarão sendo re-existidas pelas populações afro-ameríndias brasileiras.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADOLFO ALBAN, A. and ROSERO, José R. *Colonialidad de la naturaleza: ¿imposición tecnológica y usurpación epistémica? Interculturalidad, desarrollo y re-existencia. Nómadas* [online]. 2016, n.45, pp.27-41. ISSN 0121-7550.. Disponível em http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S012175502016000200003&script=sci_abstra ct&lng=es. Acesso em 10/10/2020.

DE MORAES, Wallace. *Uma perspectiva decolonial libertária. Contra as necrofilias colonialistas outrocidas*. Out. 2020. Disponível em <https://otal.ifcs.ufrj.br/uma-criticadecolonial-libertaria-historicidiodas-necrofilias-colonialistas-outrocidas ncos/>. Acesso em 10/10/2020.

ERVIN, Lorenzo Kom’Boa. *Anarquismo e Revolução Negra e outros textos de anarquismo negro*. São Paulo: Sunguilar, 2005.

GUIMARAES. ANTONIO SÉRGIO: *Resistência e revolta nos anos 1960: Abdias do Nascimento*. Versão anterior deste texto foi apresentada ao XXIV Encontro Nacional da Anpocs em Caxambu, em outubro de 2005, e preliminarmente discutida no seminário Brazil: Race and Politics in the Americas, na Universidade do Texas, em Austin, em 16 de setembro de 2005. ANTONIO SÉRGIO

GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e Quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil* - 1 ed, - São Paulo: Claro Enigma, 2015 (Coleção Agenda Brasileira)

GONZALEZ, Lélia. *A mulher negra na sociedade brasileira* in “Primavera para as rosas negras”. *Diáspora africana*: Editora Filhos da África, 2015. GROSFOGUEL, Ramón. *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 31 Número 1, Janeiro/Abril 2016.

HOOKS, Bell *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

KOPENAWA, Davi & ALBERT; Bruce *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*; tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro — 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MBAH, Sam & IGARIWEY, I. E.

Anarquismo africano – a história de um movimento. Rio de Janeiro: Rizoma, 2019.

NASCIMENTO. ABDIAS. *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*, 1. ed. – Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira; São Paulo: Selo Negro, 2014.

NASCIMENTO, Abdias *O Quilombismo*. São Paulo: editora Perspectiva, 2002.

NASCIMENTO, Abdias (1979). *O Genocídio do Negro Brasileiro - Processo de um Racismo Mascarado*, 2016.

SANTOS. Ynaê Lopes *História da África e do Brasil Afrodescendente*, Ed: 1. Ed. Rio De Janeiro: Pallas, 2017.